

OS MENADROS DO PODER NA POLITICA DE IRRIGAÇÃO NO ESPAÇO NORDESTINO BRASILEIRO

Maria Geralda de Almeida
Dept. de Geografia – Univ. Fed. Ceará – Brasil

RESUMO

O Projeto Nordeste, implantando no início dos anos 80, possibilitou ao governo central, além de captar dólares, de fortalecer sua aliança com os governadores nordestinos e com os governadores nordestinos e com as bases políticas regionais. Analisamos aqui o exemplo do governador de Sergipe (1982-96) que criou o Projeto Nordeste do qual drenou recursos aplicando-os de acordo com suas carências e necessidades e as conveniências das oligarquias; mas, sobretudo, para consolidar seus laços com os políticos locais. Sua política de irrigação aqui é estudada através da comparação de dois perímetros irrigados: o de Jacarecita e o da Poção da Ribeira localizados na microrregião de Itabaiana- SE.

1. INTRODUÇÃO

A última grande seca que ocorreu, iniciada em 1979, persistindo por mais de cinco anos afetou gravemente a sociedade e a economia nordestina, revelando a face triste da fome, do flagelo e da miséria social desta região para o restante do país. E como vem fazendo há mais de um século, o Estado manifestou-se através de medidas adotadas após, como resposta à constatação de uma nova manifestação do fenômeno. Todavia, as ações mais recentes têm dado ênfase aquelas que visam à criação de uma infraestrutura, permitindo alcançar três objetivos: transformação ecológica do espaço árido em terras cultiváveis; a conversão econômica da produção agrícola tradicional em uma economia capitalista moderna e, criação de uma mentalidade empresarial entre os pequenos produtores. Como esses propósitos vários programas governamentais foram feitos más, é inegável que todas estas políticas deram ênfase particular aos recursos hídricos. Esta prática ainda persiste e, o que se pretende neste estudo é uma breve avaliação das estratégias e desempenho do Estado- representando pelas ações do governo de Sergipe – na implantação de uma política de irrigação na microrregião de Aitabaiana- Sergipe.

2. DO PODER CENTRAL AO PODER LOCAL: A CONSTRUÇÃO DE INTERESSES POLITICOS

O ano de 1980 marcou a unificação dos diversos programas de desenvolvimento regional no chamado Projeto Nordeste, no qual o Banco Mundial teve um destacado papel financeiro. Isto sem dúvida refletiu numa maior concentração de decisões e ações, reforçando o comando federal nas questões nordestinas, fato que, a princípio, devido a uma pesada e pouco ágil máquina administrativa, não foi facilmente assimilado pelos governos estaduais.

No caso de Sergipe, convém ressaltar a visão e a argúcia do então governador João Alves Filho (1982-1986) que, antecipando planos de desenvolvimento da política federal, elegeu a irrigação como base de seu governo. Procurando combater o problemas decorrentes da seca, reestruturou o agonizante POLONORDESTE- já em fase de transformação para o PROJETO NORDESTE- formou grupos de trabalhos e agilizou a máquina estatal para a captação de recursos para o seu programa 'Chapéu de Couro', declarando que "(...) a ação integrada do Projeto Chapéu de Couro, mudará toda a estrutura sócio- econômica da região, pela viabilização da água do campo definitivamente em suas glebas (...) mais de 460 mil pessoas serão beneficiadas com esse Projeto" (Projeto Chapéu de Couro s.d.).

Com tal discurso, afinando como a proposta reformuladora do Banco Mundial o governo do Estado de Sergipe definiu como a prioritárias as seguintes ações: regularização da ação fundiária; construção de açudes, adutores, barragens, cisternas, cacimbas, poços, etc., ações de infra- estrutura social; apoio à produção e comercialização rural, etc.

No final de 1983, o estado de Sergipe, se destacava, por tanto, entre os demais estados nordestinos, pelo fato de juntamente com o Rio Grande do Norte, apresentar a proposta e dar início a uma programação plurimanual de acordo com as normas do PROJETO NORDESTE.

A cristalização das atividades do Projeto Nordeste, centralizadas no Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural via Projeto Chapéu de Couro- se deu com recursos transferidos pelo FINSOCIAL, PROTERRA e BIRD conforme contrato firmado entre o governo do estado, SUDENE, SEPLAN-PR, MINTER e BNDES. No período 1984/86, estima-se que nos recursos recebidos o PROTERRA contribuía com 21% o FINSOCIAL com 42% BIRD com 35% e o restante de outras fontes.

A fim de fortalecer este programa, a máquina estadual' ampliou-se com a criação da Secretaria de Saneamento e Recursos' Hídricos com dos órgãos anexos: DESO – Companhia de Saneamento' de Sergipe e a recém- criada COHIDRO- Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos de Sergipe- responsável pela construção de barragens, açudes e perenização de cursos d'água, perfuração de poços, implantação do sistema de irrigação, abastecimento d'água e esgotos sanitários para comunidades rurais e implantação dos projetos de irrigação. Também, foi criada a FUNDASE função de Assuntos Fundiários de Sergipe- para implementar a política da Terra daquele governo.

Todo esse aparato reforçou e centralizou substancialmente as ações dos órgãos estaduais nos quais foram injetados' consideráveis recursos liberados pelos organismos federais Banco Mundial via Projeto Nordeste.

Neste contexto político, surge uma primeira indagação' a ser feita; Quais as razões e as conseqüências deste privilegiamento de financiamento aos recém- criados órgãos estaduais que tinham propostos e objetivos de atuação aparentemente similares' aqueles da CODEVASP (Companhia de

Desenvolvimento do Vale de São Francisco), DNOCS (Departamento Nacional de obras Contra a Seca) INCRA (Instituto Nacional e Colonização e Reforma Agrária), tradicionais implementadoras destas políticas na esfera regional e nacional?.

Algumas pistas esclarecedoras desta questão, podem ser encontradas na compreensão da problemática nacional no início da chamada “Nova República”.

Na interpretação de Inaiá Moreira Carvalho o então Presidente Sarney, pressionado pelos governadores nordestinos interessados numa liberação imediata de recursos e participação imediata de recursos e participantes do bloco de sustentação do Poder Central, apressou em assinar os decretos que criavam o Projeto Nordeste e a Estratégia de Desenvolvimento Rural para os Pequenos Produtores (10/04/85). Por esses decretos os recursos seriam repassados diretamente aos estados e aos demais órgãos executivos.

Para o Governo Central isto representa um duplo sucesso, pois, além de uma ótima oportunidade de obtenção de dólares’ e de legitimização social, o Projeto Nordeste era também um instrumento para fortalecer a sua aliança como as bases políticas regionais. Isso, por sua vez, refletiu no fortalecimento do governo estadual em suas alianças com políticas locais.

Assim, o governo de Sergipe utilizou-se da descentralização embutida no Projeto para, através do Projeto “Chapéu de Couro”, privilegiando o PAPP, captar recursos, aplicando-os de acordo com suas carências e necessidades, às conveniências das’ oligarquias e suas concepções políticas, sociais e econômicas visando, sobretudo, fortalecer a estrutura estadual.

Por último, cabe ressaltar que o então Governador marcou sua estratégia de “aproveitamento racional dos recursos hidrográficos”, pela escolha de certas áreas de atuações nas quais é evidente em parte pelo correlacionamento das condições climáticas e áreas produtoras do estado com a localização das principais empreendimentos hídricos daquele governo.

Sergipe possui 3 sub-domínios climáticos:subúmido, transição semi- árida. Não foi, entretanto, a área do domínio de clima árido, “quadro de miséria absoluta”, a merecedora’ de uma ação mais efetiva e abrangente no combate dos problemas’ de escassez e falta de água. Sabidamente, o governo optou por eleger a região do agreste semi- árida, considerada altamente produtiva, com 68% de sua população dedicada integralmente às atividades rurais, para a “implantação dos projetos baseados em diagnósticos e estudos de viabilidade técnico- econômica visando captação e acumulação de água” (SERGIPE, 1981)14.

As características favoráveis desta área sergipana para uma intensa atividade agrícola com cultura de mandioca, legumes e fumo feita de forma intensiva por caboclos, para abastecimento das grandes cidades litorâneas – Aracaju e Salvador, sobretudo são assim já comentadas por M. C. de Andrade no “A Terra’ e o Homen no Nordeste”, 1986 pag. 33.

A realização e implantação do Projeto “Chapéu de Couro” com forte propaganda e repercussão nacional, num momento em que persistam os problemas de seca na maioria dos estados nordestinos, projetou João Alves Filho como o “Governador da Seca”. “Administrado de Seca”, triunfos suficientes para lançá-lo no cenário político nacional e, posteriormente, sua indicação para o cargo de Ministério do Interior.

Embora não se possam dados para avaliar em conjunto’ os arranjos do espaço com o “Projeto Chapéu de Couro”, é possível todavia inferí-los, parcialmente, a partir do estudo da microrregião de Itabaiana.

3. O CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DAS BARRAGENS JACARECICA E POÇAO DA RIBEIRA

No caso do Nordeste, no conjunto, é limitada a modernização e transformação vigente no Brasil, principalmente a partir da década de 50, da estrutura agrária assim mantida, quase intacta pela composição nacional- regional do poder político. A penetração do capital monopolista no setor agrário, pode ser avaliada pela própria presença do Estado como produtor ou agente financeiro e da empresa privada, aprofundando-se o caráter comercial e capitalista da agricultura regional vinculada à agro- indústria. A medida que avança a integração fortalece o caráter complementar de suas atividades agrícolas com relação ao Sudeste e acentua a própria posição que vem assumindo na divisão inter- regional do trabalho agrícola do país (GOLDENSTEIN, SEABRA, 1984) 5.

A estratégia de construção de barragens e implantação de perímetros irrigados, com culturas seletivas nas áreas semiáridas do Nordeste, se orienta por estes propósitos e, mantém pois, esse status que, fato que leva Corrêa (1987) afirmar que o menos assegura e mesmo cria.

“... condições de produção e reprodução diferenciados no espaço para que o processo de acumulação de capital continue a se verificar, ao mesmo tempo em que se assegure uma reprodução dos diferentes grupos sociais” 6.

Anteriormente foi comentando como se deu fortalecimento da máquina administrativa, atendendo às metas ambiciosas do Governador João Alves Filho. Acresce a consolidação de seus laços com os políticos da segunda maior região eleitoreira de Sergipe, quando, habilmente implantou dois principais projetos de construção de barragens no município de Itabaiana, já possuidora do açude Marcela, e, justificou a necessidade da implantação dos perímetros irrigados naquela microrregião por razões sociais. Assim, a estrutura fundiária era apontada como um elemento de forte contribuição ao êxodo rural.

Também comentou-se quanto a condição de posse de terra. Ora, 79.2% tinham sua posse definida como exploração direta de proprietário, ocupando cerca de 94.9% da área total explorada do município de Itabaiana. Do total dos estabelecimentos, 20.1% eram explorados por ocupantes e os sistema de arrendamento e da parceria não se mostrava significativa, atingindo apenas’ 0.4% dos estabelecimentos. Nota-se pois, que o município não se configura

como espaço conflito em função da posse de terra, a pesar da latência do mesmo sugerida pela forte fragmentação e minifundização da propriedade.

É graças a olericultura que aqui o minifúndio se viabiliza em seus mais diversos aspectos devido as condições naturais localmente mais adequadas com os pequenos açudes e poços tabulares. A cultura de hortaliças surge como alternativa para os pequenos proprietários desprovidos de recursos. Por outro lado, concorre favoravelmente tamanho médio de família (6.3).

A produção das hortaliças os agricultores se dedicavam à produção de culturas de subsistência, comercializados na famosa feira de Itabaiana, considerada a principal do Estado de Sergipe,. E nos supermercados e CEASE de Aracaju. A distância de 50 Km entre Itabaiana e na capital intensifica este comércio' que é quase diário. A produção de hortaliça atendida satisfatoriamente à demanda no período das chuvas 3, 4, meses e, insuficientemente nos períodos de irregularidade pluviométrica, 8 a 9 meses, gerando déficits substanciais de suprimento.

Esta disparidade entre demanda e oferta irregular ensejou ao Estado o Desenvolvimento de um sólido comércio importador/ exportador de olerícolas. Entretanto, este mercado concentrou-se nas mãos dos intermediários. Tal fato agravou a situação do pequeno produtor pela dificuldade de penetração de seus produtos, por eles mesmos, no mercado altamente controlado pelos intermediários importadores. Urgia, dessa forma, o Estado, dotar a região de mecanismos que assegurassem uma produção voltada para o mercado e, ao mesmo tempo, desenvolvesse uma mentalidade empresarial entre os pequenos produtores.

A estratégia escolhida para atingir estes objetivos' foi a criação dos "Perímetros Irrigados", projetos que buscavam a utilização das águas das barragens Jacarecica e Ribeira, exclusivamente construídas para este propósito.

Para a construção da Barragem de Jacarecica, o governo adquiriu 75 propriedades num total de 413 hectares, criando uma área de inundação permanente de 116 hectares. O sistema adutor é constituído de 3 adutoras e a área total prevista para ser irrigada correspondente a 260 hectares, distribuídos em 130 lotes de 2 hectares cada beneficiando uma população de 1950 pessoas.

No perímetro do Projeto foi construída uma agrovila, com 130 casas, com as exigências da administração do projeto' do parceleiro habitar neste agrovila, integrando-se portando, à condição do "irritante" tutelando pelo Estado, através de assistência técnica- creditícia para o desenvolvimento das atividades agrícolas planejadas. Por outro lado, o estado deveria assegurara a fixação a o projeto com a criação das condições e infra- estrutura de apoio. Somente após sua implantação e concretização, o irritante poderia ser afetivamente assentado.

A esta questão deveremos retomar oportunamente no estudo da situação atual das comunidades irrigadas. Entretanto para entender elenco de mudanças

modernizadoras apregoadas pela' construção e implantação do Perímetro Irrigado de Jacarecica, debese considerar a introdução de novas culturas o que implicava na adoção de novas técnicas, gastos com aquisição de adubos químicos e o redirecionamento das mesmas para um mercado. Tomando' como base as características dos solos, a distância de apenas'6 Km de cidade de Itabaiana e o comportamento do mercado olerícola para o estado de Sergipe, definiu-se dois modelos de exploração agrícola. No modelo I estão contidas as culturas de abóbora, batatinha, cenouras e pimentação, e, no modelo II, as culturas de cebola, tomate, repolho e milho.

O projeto de irrigação Poção da Ribeira fogue aos modelos convencionais de projeto de irrigação. Com já existia na área de implantação, uma estrutura fundiária de predomínio de minifúndios e pequenas unidades produtivas, optou-se pelo aproveitamento dessa estrutura conservando em seu local de origem o agricultor ali já instalado. Abrangendo uma área de 1 100 hectares o Projeto de irrigação pretendia contemplar diretamente 400 pequenos lotes, subdividindo em 3 áreas: Gandu, Cajaibas e Mangabeiras.

Levando em conta estes aspectos determinou-se também' a adoção de dois modelos. Assim é que, com pequena variação no tamanho de área explorada, os modelos I e II são constituídos' pelas culturas de batatinha, feijão, milho, tomate, cebola, banana e amendoim.

No caso do Perímetro de Jacarecica, o produtor que é escolhido para ocupar um lote, desde a sua chegada ao mesmo, há sua aceitação implícita das normas estipuladas pela COHIDRO' conforme a PAPP, ou caso contrário há sua exclusão do projeto. Pela racionalidade econômica, nível tecnológico impostos aos irrigantes e menos a ideologia concorrencial, as formas de organização social, contrastam bastante com esquema tradicional a que estavam habituados e persiste ainda, fora dos limites do Perímetro.

O Perímetro Irrigação de Poção de Ribeira, não tinha' como objetivo corrigir as distorções existentes na posse no uso da terra. Seus propósitos centravam-se nas ações "modernizantes" e transformadoras da organização econômica e social da região. Neste sentido, o estudo comparativo permite avanços na análise.

4. OS IRRIGANTES: A TEORIA E A PRÁTICA DA PRODUÇÃO PLANIFICADA

Dois tipos de sujeitos compõem o universo social do' perímetro irrigado: os "agricultores- irrigantes residentes" e as "autoridades técnicas".

Entre esses sujeitos preferimos privilegiar, nesta análise, o agricultor- irrigante por ser o responsável econômico e pela reprodução social são lote, e também, o nosso interesse em aprofundar o estudo do mesmo como sujeito neste processo de transformação.

Nos dois perímetros, mais da metade dos entrevistados 72% em Jacarecica 83% em Ribeira – caracteriza-se por apresentar uma mobilidade espacial

restrita, pois são naturais do próprio município ou microrregião de Itabaiana, e é neste espaço que sempre viveram. Nesse caso, não há a configuração de qualquer tipo de processo migratório propriamente dito.

Em ambos os perímetros quase a totalidade dos entrevistados se encontrava na microrregião de Itabaiana dedicando-se às atividades agrícolas na época da construção das barragens e dos do Projeto Jacarecica 57% estavam anteriormente na condição do proprietário.

Também, deve se ressaltar o “desapropriação”, condição surgida com a construção da barragem. Houve 75 propriedades desapropriadas. Todavia, a pesar dos critérios para o assentamento no projeto de irrigação conceder prioridade aos desapropriados, entre 23 assentados entrevistados em 1988 apenas 4 eram oriundos daquelas propriedades.

Esses dados merecem uma dupla interpretação: primeiro não foi, portanto, o critério de “dar terra a quem não tem” o prevalecente uma vez que a maioria dos selecionados para o perímetro já era proprietária. A segunda interpretação é que esta região não se configurava como de forte tensões sociais e não se configurava como de forte tensões sociais e não houve uma real disputa para ingresso ao Projeto o que representaria o acesso à terra.

A implantação do perímetro irrigado teve um caráter nitidamente político e econômico, conforme já comentamos anteriormente.

Uma outra preocupação desta pesquisa foi o entendimento da articulação entre o Estado e a população no processo decisório da construção das barragens e da implantação dos perímetros irrigados de Jacarecica e Ribeira. O processo decisório do ator social em dispor, determinar e deliberar as várias ações que correspondem às etapas da execução do empreendimento.

O perímetro de Jacarecica como implicava em aquisição de terras, parcelamento e assentamento de irrigantes, teve uma divulgação mais ampla. Cerca de 90% declararam terem sido informados previamente da construção da barragens, 46% principalmente através de amigos e dos técnicos do governo como: FUNDASE, EMATER, COHIDRO. A Secretaria de Agricultura. Não foi possíveis entre tanto detectar o nível de participação de cada órgão pela dificuldade do produtor em distingui – los bem como seus técnicos. Neste sentido, cabe um parêntese. O irrigante é aturdido pela variedade de órgãos e (siglas) que atuam ou têm relações com os perímetros e, com suas limitações, só consegue captar que há programas diferentes.

“Passando muitas informações “baralhando” a quem dirigir a como resolver problemas. Com tantos órgãos era para o agricultor estar muito bem”.

(irrigante de Jacarecica)

A implantação do Perímetro Irrigado de Poção da Ribeira, obedeceu à uma sistemática diferente, em função das razões anteriormente expostas.

Não houve consulta aos produtores, que já estavam na área, no processo de decisão de ação pretendida, a pesar de 77% afirmarem ter sido informados antes. Ora como no caso do perímetro de Jacarecica, esta resposta não pode ser interpretada como uma consulta e sim uma preparação para a aceitação de implantação do perímetro que se deu através de sucessivas visitas e contatos com técnicos da COHIDRO e EMATER-SE.

Isso deixou de ter seus problemas. Inicialmente' porque o Odebrecht, empresa encarregada da obra, instalou as adutoras e hidrantes em áreas de proprietários desinformados sobre os planos do governo. Muitos produtores, principalmente aqueles da comunidade de Cajaiba, não aceitaram a imediata instalação dos hidrantes.

Outro problema diz respeito ao pagamento do uso da água. A pesar de não ter sido ainda instituída em nenhum dos dois perímetros, a taxa de utilização da água, constitui o compromisso com um desembolso de recursos inabitual e, por conseguinte, uma preocupação passará ao agricultor cuja renda flutua com o mercado agrícola. Também, deve-ser levar em conta que a aceitação de ser um irrigante, implicava o seu ingresso no projeto já envidado em virtude da aquisição do material de irrigação e, no caso de Jacarecica se inclui o pagamento parcelado do lote e da casa. Para aqueles desprovidos de recursos e envidamento durante o processo decisório gera muita insegurança.

Ser irrigante é uma condição "sine qua non" de acaso à modernização tecnológica que compreende desde a complexa' tecnológica da irrigação, a orientação técnica, a adoção do Plano de seu lote até a concessão de financiamento necessário à atividade produtiva, gozando, portanto, de uma situação privilegiada.

A orientação técnica possui duas finalidades: primeira, garantir a execução da programação agrícola em termos de seus objetivos quantitativos e, segundo, controlar a ação cotidiana do agricultor, visando consolidar a sua integração na comunidade bem como a assimilação de atividade empresariais frente ao processo produtivo.

No total dos entrevistados, nos dois perímetros há forte tendência em considerar a assistência aos: 90% no perímetro de Ribeira e 63% no de Jacarecica.

No caso de perímetro de Jacarecica é maior o descontentamento com a orientação técnica, uma vez que 34% declaram ser a mesma entre regular e insuficiente, colocando que "o técnico não trouxe grandes novidades-ele sabe, mas não tem experiência Ele tem o livro, o agricultor a prática".

Ora, essa insatisfação manifestada na fala do irrigante tem alguns elementos explicativos. Primeiramente, o fato de ser os irrigantes de Jacarecica aqueles que denunciaram, com maior expressividade, alguns prejuízos financeiros decorrentes da orientação.

Em outro aspecto diz respeito ao fraco poder decisório na esfera da produção, ou seja; decidir o que e quando plantar, criar; para quem e, finalmente, com que finalidade (subsistência/reprodução/acumulação). As criações são proibidas “bem como a cultura do quiabo, tradicional entre os agricultores porém, portador do nemátode que é grande dizimador do tomate, cultura eleita prioritária no perímetro”.

Concomitantemente às interdições às culturas alimentícias, o Planejamento agrícola definiu culturas comerciais, exigentes de tratos com adubos químicos; também, ao estabelecer um plano de cultura único para o perímetro, aumentou a safra de certos produtos, além de atual capacidade de absorção do mercado local, ocasionando uma sensível queda nos preços dos mesmos. O irrigante se sentia, portanto, ludibriado pelo plano de cultura adotado, a pesar de confessar que tinha sido ele, com o técnico agrícola, que havia decidido por que plano, isso por não captar na “consulta” uma sutil imposição de certas culturas ao tipo de solo e a rigidez da programação que os obriga à desobediência sob pena de serem coagidos a abandonar o perímetro, além dos prejuízos que lhes são, inteiramente creditados quando’ do fracassi da produção que os irrigantes dizem antever.

Entre a entrevistados do perímetro de Poção da Ribeira 30% admitiram ser boa a situação financeira, como regular 51.3% e apenas e, entre ruim e péssima, 15.3% e apenas 2.7% disseram ser muito boa.

No caso dos irrigantes de Jacarecica a situação inverte: 3.4% consideram boa, 36.6% regular e 60% entre ruim e péssima. Esses dados então de acordo com os aspectos já discutidos do endividamento do irrigante (adquisição do lote, do sistema’ de irrigação e da casa na agrovila e, futuramente, da taxa de água) e sua preocupação face aos baixos preços e dificuldade’ de comercialização das hortaliças, fazendo com que eles tenham’ uma renda líquida negativa. Vários irrigantes têm sistematicamente vendido vizinhas’ ou para outro irrigante cuja produção esteja a demandar mão-de-obra assalariada e a posição da Gerência do Projeto tem sido’ de fingir desconhecer este fato.

Na realidade, é difícil para o gerente do perímetro’ pressionar e coagir o irrigante, no caso de Jacarecica, uma vez que inaugurada a barragem em novembro de 1986, o perímetro deixou de receber os recursos necessários para sua viabilização.

Acresce os solos que são rasos, no verão ressecam e no inverno encharcam, se encontrando no início de processo de salinização, preocupando o irrigante de Jacarecica, despreparado para os problemas ambientais.

O perímetro de Jacarecica se encontra longe dos propósitos “modernizantes” do Governo João Alves Filho, representando uma repetição das velhas políticas de ocupação de mão-de-obra adotada pelo DNOCS. Além disso, a meta de transformação de agricultores em empresários parece cada vez mais distante.

Em contrapartida, o Perímetro da Ribeira é apresentado como um exemplo, um sucesso da tutela Técnico- econômico do Estado. Com efeito, as peculiaridades deste perímetro, camufla' os problemas inerentes á reestruturarão fundiária e não evidencia a ineficácia de tal empreendimento na solução do problema' do agricultor.

A GUIA DE CONCUSÃO

De modo geral, a agricultura irrigada caracteriza-se por seu alto porte tecnológico. A tecnificação é uma imposição do próprio tipo de cultivo, pois a maioria das culturas que o irrigante é pressionado a plantar (tomate, repolho, etc.) só são altamente produtivas quando acompanhadas de um verdadeiro' pacote tecnológico, os chamados "insumos modernos". Assim a aquisição de insumos industriais, bem como esta tecnificação, representam uma completa modificação na sua estrutura de custos. É para fazer frente á dupla compreensão na sua renda – pela compra de insumos como da venda de suas mercadorias a baixo custo – o irrigante tem de assalariar temporariamente. Há, pois, como a adoção da política modernizadora, uma diminuição da política modernizadora, uma diminuição' da qualidade de vida do irrigante.

A ação socializadora levada a cabo dentro do perímetro irrigado ensina, ao irrigante, que a responsabilidade pela direção do lote é inteiramente sua. Contudo, há uma grande defasagem expectativa contraditória em relação a seu comportamento. Se de um lado lhe é acenada a exigência do princípio das "decisões racionais" para assumir integralmente condições de pequeno empresário rural. por outro lado lhe é cortada toda iniciativa em sua própria atividade produtiva já, que esta lhe é fornecida em forma de pacote agrícola tecnicamente planejado pela gerência do perímetro, sem a sua participação.

Pelo exposto, a política de irrigação de um lado, atua como mecanismo de adesão e de conformidade ao sistema político em curso e, de outro, intervém como mecanismo de esvaziamento de pressões sociais, na medida em que elege áreas e atores seletivos contemplados com a benefesse governamental de ingressar na "nova era" que a irrigação é capaz de promover. E preciso reconhecer que as medidas econômicas induzem uma série de transformações que, sem alterar a estrutura social básica, tende a modificar algumas das condições em que se verifica a reprodução social com claras repercussões no espaço. Porém, está distante, no caso de Jacarecica, da pretendida criação de pequena classe media rural e, pios, da concretização das promessas de posteridade. 7.

NOTAS

1. Estúdio feito delo PIESA – Projeto Integrado de Estudos de Semi- árido- Univ. Fed. De Sergipe- com apoio de uma bolsa de pesquisa do CNPq, no período de 1988.
2. VARGAS, M. AM. A natureza sertaneja das políticos de desenvolvimento- dissertação de mestrado em Geografia, UFS, 1988, tem uma excelente abordagem do tema.

3. CARVALHO, I. M. M. – O Nordeste e o Regime Autoritário, SPAULO, HUCITE/SUDENE, 1987. P. 316.
4. Ver Governo do Estado de Sergipe- “Projeto Chapéu de Couro” Hortaliças no Agreste – Aracaju – 1983; também GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE- Projeto Nordeste – Aracaju, 1987.
5. GOLDESNTAIS, .L. SEABRA M., “Divisão Territorial do Trabalho’ e nova regionalização” – Orientação – USO, N° 1, 1983.
6. CORREA, R. L. “Gestão de Território- Reflexões Iniciais: in Tecnologia e Gestão de Território” R. de Janeiro., UFRJ. 1988 pp. 210-222 p. 210.
7. Nossas conclusões estado de acordo com o artigo de H. LEWIN “A estrutura agrária brasileira: o impacto da modernização tecnológica no nordeste rural” in Revista Ciências Sociais Hoje. S. P. Cortez/ANPOCS, 1985.